

CAMPESINATO E (RE)TERRITORIALIZAÇÃO NAS MICRORREGIÕES PIAUIENSES DE PICOS, FLORIANO E MÉDIO PARNAÍBA

Daniel César Meneses de **CARVALHO**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor

Assistente II da Universidade Estadual do Piauí (Uespi)

E-mail: danielcesarpi@gmail.com

Vicente Eudes Lemos **ALVES**

Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: veudes@ige.unicamp.br

RESUMO: O camponês piauiense está marcado a movimentos de resistência, principalmente a partir da chegada do agronegócio em território estadual; observou-se, assim, que essa classe está se reterritorializando como forma de resistir às modificações no meio rural, impostas pelo Estado e pelo o agronegócio. Destarte, quais são as características que identificam o novo camponês piauiense? Esse artigo abordou as novas formas de reprodução do camponês, suas lutas e desenvolvimento territorial e as relações econômico-sociais existentes entre campo e cidade no estado. Como forma de construir a argumentação, o estudo assentou-se em metodologia de caráter exploratório e em procedimentos históricos e comparativos, pois as novas dinâmicas existentes no Piauí englobam variáveis que não são simplesmente quantificáveis. A abordagem etnográfica foi necessária para tratar os dados qualitativos. Diante dos fatos, é necessário realçar a necessidade de fortalecimento das Instituições Públicas de atendimento ao pequeno produtor rural, mais ao tocante ao seu modo de produção; por exemplo, a Emater do Piauí encontra-se carente de recursos logísticos, o que dificulta sua atuação em muitas comunidades.

Palavras-chave: Camponês. Agronegócio. Territorialização. Resistência camponesa. Agricultura Piauiense.

PESINATE AND (RE)TERRITORIALIZATION IN THE PIAUIENS MICROORGIONS OF PICOS, FLORIANO AND MIDDLE PARNAIBA

ABSTRACT: The Piauiense peasant is marked to resistance movements, mainly from the arrival of agribusiness in state territory; Thus, it was observed that this class is reterritorializing as a way of resisting the changes in the rural environment, imposed by the State and agribusiness. Thus, what are the characteristics that identify the new peasant from Piaui? This article addressed the new forms of peasant reproduction, their struggles and territorial development, and the existing economic-social relations between countryside and city in the state. As a way to build the argument, the study was based on exploratory methodology and historical and comparative procedures, since the new dynamics existing in

Piauí include variables that are not simply quantifiable. The ethnographic approach was necessary to treat qualitative data. Given the facts, it is necessary to emphasize the need to strengthen the Public Institutions to serve the small rural producer, more regarding their mode of production; For example, Emater do Piauí is lacking in logistics resources, which makes it difficult to operate in many communities.

Keywords: Peasant. Agribusiness. Territorialization. Peasant resistance. Piauiense agriculture.

PESINADO Y (RE)TERRITORIALIZACIÓN EN LAS MICROORGIONES DE PIAUIENS DE PICOS, FLORIANO Y PARNAIBA MEDIO

RESUMEN:El campesino piauiense está marcado a los movimientos de resistencia, principalmente desde la llegada de los agronegocios al territorio estatal; Así, se observó que esta clase se está reterritorializando como una forma de resistir los cambios en el medio rural, impuestos por el Estado y los agronegocios. Entonces, ¿cuáles son las características que identifican al nuevo campesino de Piauí? Este artículo abordó las nuevas formas de reproducción campesina, sus luchas y desarrollo territorial, y las relaciones económico-sociales existentes entre el campo y la ciudad en el estado. Como una forma de construir el argumento, el estudio se basó en una metodología exploratoria y procedimientos históricos y comparativos, ya que las nuevas dinámicas existentes en Piauí incluyen variables que no son simplemente cuantificables. El enfoque etnográfico fue necesario para tratar los datos cualitativos. Dados los hechos, es necesario enfatizar la necesidad de fortalecer las instituciones públicas para servir al pequeño productor rural, más en relación con su modo de producción; Por ejemplo, Emater do Piauí carece de recursos logísticos, lo que dificulta su operación en muchas comunidades.

Palabras clave: campesino. Agronegocios. Territorialización Resistencia campesina. La agricultura piauiense.

INTRODUÇÃO

O camponês resiste às mais variadas formas de expropriação e violência, o que modifica profundamente sua forma de interagir com a natureza e com seu labor. Assim, através do tempo, essa classe vem se reterritorializando, logrando êxito ao reproduzir-se diante das rotineiras disputas por terra contra o agronegócio.

Nessa convivência conturbada no rural, o camponês é prova que o avanço tecnológico não é a única saída que a agricultura tem para aplacar as necessidades de uma sociedade que anseia cada vez mais por alimentos. O aumento populacional exige esforços para uma segurança alimentar de qualidade e nesse caso o trabalho camponês cumpre diversos requisitos para a sustentação da sociedade.

Mas, após cinco séculos de destruições e reconstruções do campo brasileiro, quais são as características desse novo camponês brasileiro, e em particular o piauiense? Para sanar

esses questionamentos o estudo teve como objetivo principal analisar os processos de (re)territorialização que ocorrem no Piauí, particularmente nas microrregiões de Picos, Floriano e do Médio Parnaíba Piauiense a partir da convivência entre o camponês e o agronegócio.

Para tornar viável essa investigação, este artigo abordará as novas formas de reprodução do camponês, suas lutas e desenvolvimento territorial, no Brasil e Piauí, a convivência de mercado do agronegócio e camponês e as relações econômico-sociais existentes entre campo e cidade no estado.

De modo a construir a pesquisa, a metodologia teve caráter exploratório e assentou-se em procedimentos históricos e comparativos, pois as novas dinâmicas existentes no Piauí englobam variáveis que não são simplesmente quantificáveis. A abordagem etnográfica foi necessária para tratar dos dados qualitativos relativos aos camponeses.

NOVAS FORMAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPONÊS

As incursões capitalistas no campo geram desigualdades. Ao passo em que a indústria agropecuária tem o lucro como indissociável do seu processo produtivo, o trabalhador rural sobrevive de uma renda quase estagnada.

O comportamento de crescimento do capital reside em trocas desiguais. Ademais, o capital e trabalho são dependentes, mas contraditoriamente distintos. Como Oliveira (1986) pontua, o avanço do capital é garantido justamente por essa desigualdade, e o lucro gerado é a materialização do não pagamento do trabalhador, ou seja: o salário do fim do mês nada mais é do que uma pequena parte do valor real produzido.

Assim, é de se presumir que a proletarização do camponês gerou inúmeras incongruências no campo: ao deixar de trabalhar na terra, o pequeno produtor fica à mercê do sistema capitalista em seu território, ou então é impelido a migrar para áreas urbanas.

Diante desse cenário, o camponês que ainda resiste meio rural brasileiro faz parte de um complexo movimento de reinvenção, onde sua heterogeneidade fica evidente nas práticas que vem sendo incorporadas no seu dia-a-dia. Em alguns casos, como destacou Saquet (2017), o fortalecimento do agronegócio faz com que o pequeno lavrador absorva em sua produção a utilização de maquinário, de agrotóxicos, dentre outros; da mesma forma, o camponês que mantém a tradicionalidade na terra também resiste, mas com algumas alterações nas suas práticas.

Nesse sentido, Saquet (2017, p.90) complementa:

Há, de maneira geral, na agricultura camponesa, a reprodução de relações não capitalistas de produção [...] ou de relações não especificamente capitalistas [...], recriadas pelo capitalismo moderno [...]. O camponês está inserido num campo de relações sociais: cultiva a terra, é proprietário ou arrendatário ou parceiro, tem relações de ajuda mútua na comunidade onde vive, está centrado no trabalho familiar e individual. Ele está inserido em campos de poder tentando se reproduzir e manter aspectos da sua cultura em meio aos conflitos, às disputas, aos interesses imanescentes à luta de classes, pois o campesinato efetiva-se como uma classe social que sobrevive em meio às contradições da expansão capitalista. [...] territorializando-se historicamente de distintas maneiras, como por meio das práticas agroecológicas.

Assim, o movimento do camponês tem a principal característica de constante mudança, podendo ser tanto de forma ordenada (através de cooperativas, por exemplo) como de maneira espontânea. Ainda de acordo com Saquet (2017) a cooperação entre os camponeses é componente central para que estes garantam seus direitos e poder dentro de sua unidade de produção.

Essa organização camponesa, contudo, é por muitas vezes atacada como sendo algo que tem sua gênese político-partidária e que essa articulação no campo é a formação de movimentos contra os grandes produtores, onde a frente de ataque seria no embate ideológico principalmente. E mais, como colocou Soares (1981), há a concepção de que o movimento do trabalhador no campo só lograria êxito se fosse gerida por forças institucionais ou partidárias. Há nesse entendimento de resistência camponesa uma minimização dos fatores espontâneos e de proteção da terra; os valores do camponês geram um avanço espontâneo em seu movimento de adequação à realidade capitalista.

Como afirmou Soares (1981, p. 226) o “célebre *espontaneismo* deveria ser compreendido como uma das formas de ação política dos grupos sociais”. Ou seja: do movimento inerente à sobrevivência em seu território, a força de resistência organiza-se dentro de uma estrutura que outrora não sofria pressão (no caso, a pressão vinda de baixo – camponeses – para cima – agronegócio). Então, todas as expressões de reinvenção no meio rural “não devem ser vistas como exteriores aos movimentos e às iniciativas criativas, mas como momentos internos à dinâmica dos próprios *impulsos*”.

É necessário esclarecer que o movimento politizado não é o ponto fraco da organização de movimentos rurais; no entanto este movimento não é o fim do processo, e nem a principal linha de atuação do camponês, pois a representação partidária é eficiente se ela depender da sociedade, e não o contrário.

Contudo, a organização camponesa não é o suficiente para garantir a sobrevivência desses atores no meio rural. Para conseguirem adequar-se às exigências do mercado, é preciso

que seu território não seja deslocado dos demais, ou seja: ele precisa pertencer a uma rede que consuma seus produtos e garanta um retorno. A cooperação entre territórios, portanto, configura-se como sendo a expressão de várias outras formas de acordos, alianças, dentre outros.

Nessa realidade de luta em se inserir-se em um sistema comercial de venda dos seus produtos, o trabalho camponês em nada se assemelha ao que ele está tentando resistir. Martins (2012, p. 159) lembra que o camponês comercializa o que deveria ser voltado para a sua subsistência. Ou seja:

É diferente da situação do assalariado e mesmo do pequeno agricultor capitalista que, no momento da produção, *não sabe* e não pode distinguir entre o que vai constituir seus meios de vida e o que vai constituir o excedente apropriado pelo capital, num caso, ou destinado à sua própria acumulação, no outro. O excedente do camponês da frente de expansão é um excedente concreto, produto de trabalho concreto, do mesmo modo que seus meios de vida. Os meios de vida de quem trabalha para o capital, como ocorre com o operário ou o assalariado do campo, têm seu montante definido pela mediação do capital e é materialização de trabalho abstrato e, portanto, social. Não é o próprio trabalhador que calcula e define quanto da produção vai se constituir em seus meios de vida.

Assim, é notório que o produto final do camponês é algo que externaliza o modo de vida da família que trabalha na terra e, portanto, não é somente o resultado de um trabalho capitalista; os excedentes têm objetivos e formas distintas, e é nessa base que o novo camponês se sustenta.

Martins (2012) expõe que esse excedente do camponês não é sinônimo de sobra ou algo que é comercializado somente após o camponês garantir a sua subsistência: o que é posto à venda faz parte de um sistema organizacional produtivo, onde o tamanho desse excedente depende de inúmeros fatores, como a quantidade de pessoas disponíveis para o trabalho na lavoura, a disponibilidade de terras, dentre outros. Mas, mesmo que a família camponesa esteja altamente dependente do mercado, o seu trabalho fora da terra será uma atividade acessória, e não a principal, pois a escassa presença do dinheiro não garante a completa sobrevivência da unidade familiar.

As relações de troca entre os camponeses ainda são recorrentes, e somente ocorre porque geralmente há “uma inserção imperfeita do camponês no mercado porque é imperfeito e não capitalista o mercado que chega até ele e que procura envolvê-lo em sua teia de exploração econômica” (MARTINS, 2012, p. 161).

Nessa imperfeição do mercado, o camponês é constantemente considerado como uma classe intermediária, que está entre o modo de vida “defasado” e a sociedade de mercado.

Esse preconceito, bastante comum, reside na falta de compreensão do *modus operandi* do lavrador; ele vive em uma sociedade de mercado, no entanto, sem se descolar de sua realidade rural, como pontuam Garcia Júnior e Heredia (2009, p. 223-224).

Assim, tanto há produção que pode ser destinada ao autoconsumo como produção especialmente feita para venda; os habitantes de uma mesma casa podem ser mobilizados pelo chefe da família para ajudá-lo na faina cotidiana, mas pode haver trabalho de terceiros remunerado a dinheiro que substitua esforço de membro doente, idoso, ou cujo sexo ou idade tornam inaptos para a tarefa. O grupo doméstico materializa-se como unidade de produção em configurações particulares, como também é o caso de sua materialização como unidade de consumo, mas a circulação de bens e das pessoas admite perfeitamente trocas mercantis e conhecimento da flutuação dos preços.

Em vista disso, o camponês tem em seu dia-a-dia uma mobilização familiar para viabilizar o seu consumo e vivência, seja na labuta da lavoura ou no trabalho externo à casa. Sobre essa questão, Garcia Júnior e Heredia (2009, p. 224) reforçam que:

O esforço renovado a cada ciclo agrícola no campo, no sítio ou no roçado permite a obtenção de produtos que direta ou indiretamente contribuirão para enfrentar as necessidades de consumo da casa. O ciclo de aprovisionamento da casa é bem mais constante ao longo do ano [...]. O ciclo agrícola tem, via de regra, marco temporal bem mais rígido, com épocas de colheita associadas à abundância e à escassez para os momentos que precedem as colheitas do ano seguinte.

Assim, o novo camponês que se desenha no rural é uma força que se apresenta muitas vezes de maneira organizada e que trabalha fugindo da lógica do simples assalariamento no mercado. É nessa reformulação espontânea que a unidade familiar rural protege sua tradicionalidade e seu território; a partir da defesa dos seus valores, a comunidade ganha outro significado.

ESTRUTURA FAMILIAR E MODO DE VIDA DO CAMPONÊS NAS MICRORREGIÕES PIAUIENSES DE PICOS, FLORIANO E DO MÉDIO PARNAÍBA

A pesquisa realizada para a construção desse estudo sondou comunidades, povoados e assentamentos que tivessem uma proximidade geográfica ou sofressem alguma influência (direta ou indiretamente) dos empreendimentos de agronegócio que estão se instalando nas microrregiões piauienses de Picos, Floriano e do Médio Parnaíba.

Dessa maneira, em levantamento prévio, observou-se uma maior concentração de agronegócio em oito municípios constituintes destas áreas, o que correspondeu a 19,5% (de um total de quarenta e nove). Estes municípios estão representados na Tabela 1.

Tabela 1: Municípios investigados e suas respectivas microrregiões

MICRORREGIÕES		MUNICÍPIOS VISITADOS	QUANTIDADE DE ENTREVISTAS
Médio Piauiense	Parnaíba	Amarante	18
		Regeneração	25
		Francisco Ayres	6
Floriano		Floriano	29
		Guadalupe	9
		Itaueira	24
Picos		Tanque do Piauí	5
		Oeiras	3
TOTAL			119

Fonte: Dados da Pesquisa de campo (2018).

Posto isso, o foco principal foi percorrer o perímetro rural destes municípios e buscar informações sobre a rotina de vida e de trabalho dos camponeses. Desta maneira, foram entrevistados 119 camponeses, que tem como principal fonte de sustento o trabalho na terra (podendo ocasionalmente assalariar-se) e vivem preponderantemente nas áreas rurais dos municípios.

As entrevistas foram *in loco*, e as principais localidades visitadas foram: Povoado em Tanque do Piauí, Povoado Barreiro, Morros e Coco (Regeneração), Assentamento Nova Conceição (Amarante), Assentamentos Cachoeira e Papa Pombo (Floriano) e Povoado Salinas I e II (Itaueira).

As demais entrevistas foram viabilizadas nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos respectivos municípios e nas feiras locais. Na oportunidade, buscou-se dialogar com essas lideranças sindicais, além de um representante do poder público ou da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER – PI).

Dos entrevistados, foi constatado que apenas 5,0% são de fora do Piauí, vindos principalmente dos estados do Maranhão e Alagoas, e apenas um de São Paulo. Os outros 95,0% são autóctones, ou seja, moram na zona rural desde o seu nascimento, tendo contato com o perímetro urbano somente em casos excepcionais, como problemas de saúde, para resolver alguma pendência financeira ou procurar auxílio do sindicato.

Na investigação foi indagada a escolaridade do entrevistado. Pôde-se inferir de acordo com a pesquisa de campo que é baixo o nível de escolaridade dos investigados. Grande parcela afirma que a sua escolaridade decorreu do modo e vida de antigamente, onde o estudo

não era prioridade na unidade familiar, como deixou claro um camponês: “Olha, de dez anos em diante, a criança ia para roça, pra aprender como trabalhava na terra, pra ajudar os mais velhos” (Entrevista nº 45, informação verbal)

Entretanto, na contramão do “modo de vida de antigamente”, 100,0% das crianças e adolescentes que moram nas residências visitadas frequentam regularmente a escola. Comumente a prefeitura fornece deslocamento (ida e volta) para os estudantes por meio de ônibus, quando a comunidade não conta com uma escola próxima.

Somente dois camponeses dos entrevistados, os quais eram chefes de família e do sexo masculino, possuíam curso superior e ambos eram professores da rede municipal de ensino. Ademais, a pesquisa demonstrou que, quanto maior a escolaridade do chefe de família, maior a inserção em atividades fora da agricultura; porém esta realidade não inviabilizou a continuidade do labor na terra.

Além da educação se tornar uma das prioridades para o desenvolvimento social das famílias do campo, a qualidade de vida também está associada diretamente aos serviços básicos fornecidos pela gestão pública.

De acordo com dados apurados *in loco*, constatou-se que a maior parcela da distribuição de água só era possível por conta da instalação de poços tubulares, onde a água era captada para uma caixa d’água e distribuída para as casas. Algumas localidades mais estruturadas (como os Assentamentos Papa Pombo e Cachoeira, em Floriano) a distribuição da água era realizada por encanamento diretamente do poço tubular.

Já em povoados, como o de Coco e Barreiro, a água para consumo familiar, dos animais e para a lavoura era retirada por bomba do riacho que passa perto da localidade. Nesse caso, a bomba era privada (doada por um morador) e os demais pagavam uma quantidade acordada para custear a distribuição por meio de canos. O principal problema nesse caso era a manutenção da mesma, pois quando esta quebrava a população se deslocava para o riacho para coletar água em baldes.

Outra forma de abastecimento bastante presente nas comunidades rurais foi a utilização de cisternas concedidas pelo “Programa Água para Todos”, do governo Federal. A estrutura da cisterna capta água da chuva por meio de canaletas instaladas no teto das casas, e tem como objetivo direcionar para o consumo animal, para a roça, a lavagem de utensílios domésticos e de roupas e, em caso de necessidade, para o consumo humano.

De acordo com os trabalhadores rurais contemplados com as cisternas, elas mudaram a realidade da população rural, pois em tempos de estiagem havia extrema necessidade por

água, que não tinha de onde ser tirada e a produção (principalmente animal) ficava comprometida.

Portanto, o abastecimento de água é precário na maioria das comunidades, por não contar com um tratamento adequado antes de ser disponibilizada para consumo.

No que tange à renda familiar, o principal objetivo da investigação foi conhecer qual a origem principal da renda do camponês fora do seu trabalho agrícola. A partir dos dados apresentados, é perceptível o baixo nível de renda das famílias camponesas na região em estudo. A maior parcela da população entrevistada (52,3%) ganha de R\$83,00 a R\$ 673,00, mas em 100,0% da amostra pelo menos um indivíduo é beneficiado com auxílio governamental (Bolsa-família). Outros complementos de renda são oriundos de pensões e aposentadorias.

O trabalho na terra só produz renda quando: o camponês disponibiliza sua mão de obra para auxiliar seus vizinhos (e é pago pelo sistema de diária); trabalha em empreendimentos de agronegócio (trabalhador temporário) ou quando vende parte de sua produção. Essa questão será abordada com mais profundidade no subitem seguinte.

Essa apuração corrobora com o pensamento de Chayanov (2014) quando esclareceu que não se pode estender os fenômenos capitalistas para todas as categorias de trabalho, pois os camponeses estão em uma lógica completamente diferente: a de trabalhadores que mantêm seu trabalho em uma situação sem assalariamento.

De acordo com os depoimentos coletados, observou-se que a renda mensal supre as necessidades básicas que não se consegue na roça, como: compra de outros produtos (sal, açúcar, óleo de cozinha), remédios, dentre outros.

Já nos estratos superiores (de rendas maiores que R\$ 1849,00) há o complemento de renda com alguém da família que trabalha fora da lavoura, normalmente nos centros urbanos. Nesse caso, a escolaridade foi fator determinante para que a propriedade familiar tivesse um complemento importante na renda.

O que também diferenciou a renda da família foi o aumento do auxílio do governo por conta da existência de filhos com necessidades especiais; nesse caso, duas famílias apresentavam esse caso, e relataram que esse dinheiro extra garantia melhores condições para a criação dos seus filhos. Como a renda diminuta atende primordialmente as necessidades básicas para a manutenção da vida no campo, a ausência de posses reflete esta situação.

De acordo com os dados coletados na investigação, quarenta e uma famílias não possuíam nenhum bem (máquinas que serviriam para o trabalho na lavoura) ou veículo automotor, porém, a maioria dos entrevistados (cinquenta e quatro) disse possuir uma moto, e

apenas doze tinham dois veículos à disposição (carro e moto). Duas unidades familiares tinham máquinas próprias para o trabalho no campo: uma forrageira (para triturar capim e milho, por exemplo) e uma máquina de quebrar coco, que servia para um grupo de mulheres, onde quatro eram responsáveis pela coleta e quebra do coco babaçu e uma se encarregava da extração do óleo do coco.

Ficou reconhecida a importância da moto no dia-a-dia do trabalhador rural: ela servia para se deslocar para a roça, quando esta estava muito distante, ou para se deslocar para a cidade. O trabalho sob montaria de equinos é quase inexistente, pois de acordo com os dados da pesquisa nenhuma família estimou a criação de equinos em seus estabelecimentos.

O que também ficou constatado na pesquisa de campo foi que nos assentamentos (em Itaueira, Floriano e Amarante) há um trator disponibilizado pela prefeitura para os camponeses, quando estes precisam trabalhar a terra em tempo de plantio. O custo que eles têm corresponde à diária do tratorista e ao combustível utilizado pelo veículo no período de uso.

Todavia, foi frisado que o trabalho na roça é possibilitado primeiramente pela força braçal: “eu só tenho pra me ajudar meu facão, minha enxada e meu braço” (Entrevista nº 66, informação verbal).

Essa gestão de trabalho por meio da força física corrobora com a concepção de Costa (2014) quando afirmava que o camponês foge à lógica de obtenção de lucro, pois na unidade familiar todos são, simultaneamente, produtores e consumidores.

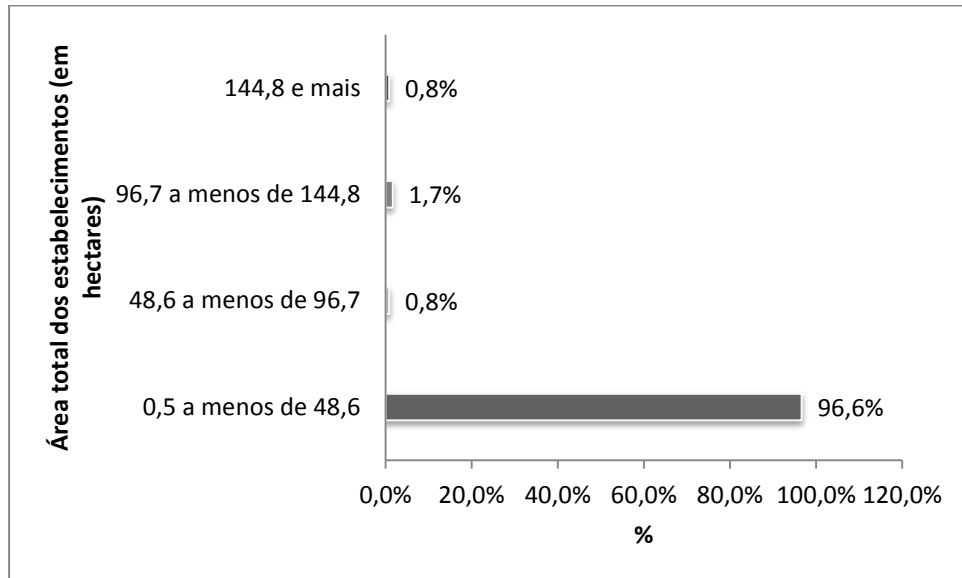
Diante dos dados apresentados, percebeu-se a carência que o camponês tem de itens básicos para ter uma qualidade de vida condizente com os padrões de consumo atuais. Entretanto, contraditoriamente, na percepção de grande parcela dos entrevistados, a vida em sua comunidade é boa, e isso faz com que eles não queiram deixar seu pedaço de chão, principalmente porque é dele que sua família tira o sustento.

Gestão produtiva e dados agrícolas do camponês

A rotina de trabalho do camponês no Piauí indica forte base religiosa e cultural, com formas de trato com a terra e de como lidar com problemas adversos. A tradicionalidade residiu principalmente no seu sentimento de pertencimento ao local onde habita, pois na maioria dos casos a propriedade foi passada de pai para filho, e mais: há o compartilhamento da terra quando o filho se casa e tem filhos.

Sobre a questão do tamanho da área dos lavradores, o Gráfico 1 demonstra a quantidade de camponeses, agrupados por extensão do estabelecimento:

Gráfico 1: Área total dos estabelecimentos (em hectares) dos camponeses entrevistados.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo (2018).

Consoante aos dados expressos no Gráfico anterior, a grande maioria (cento e quinze dos entrevistados) residiam e produziam em menos de 50 hectares de terra. Um dos entrevistados afirmou ter uma área total compreendida no estrato de 48,6 a menos de 96,7 ha; já dois tinham de 96,7 a menos de 144,8 ha e apenas um ultrapassou o tamanho de 144,8 hectares.

Constatou-se também que sobre a propriedade da terra, nenhum tinha a escritura/documento comprobatório que a área era sua sendo posseiros em sua maioria; no caso dos assentamentos visitados, a reclamação foi semelhante em todos os casos: “eu não posso dizer que sou dono, porque a terra aqui é do governo... aí não posso fazer nada até eu receber os documentos. Eles dizem que é minha (a terra), mas eu só acredito no dia que me derem os papéis”. (Entrevista nº41, informação verbal).

Em algumas comunidades rurais (Povoado Salinas, em Itaueira e Povoado Coko em Regeneração), eles são arrendatários da terra. No caso do Povoado Salinas, a terra é de um único dono/família há mais de oitenta anos, e no mesmo intervalo de tempo há famílias que residem nessa área.

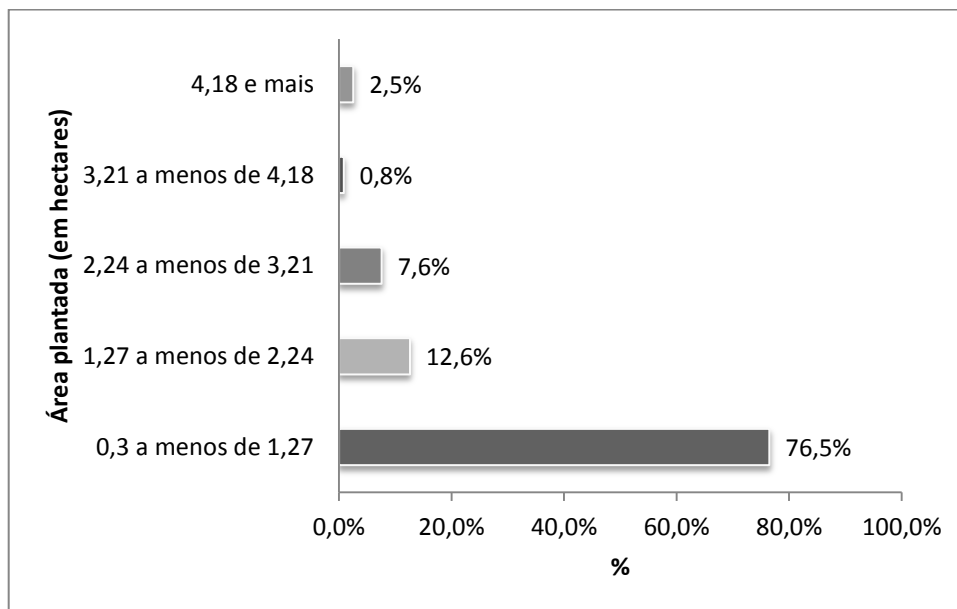
Essa situação fundiária corresponde à explicação de Haesbaert (2016), quando ele expôs que a condição de territorialização das classes menos favorecidas é algo complexo e

dinâmico, porém sempre mesclada com outras situações, e esse fenômeno é marcado principalmente pelo constante ímpeto de se firmar na terra (reterritorializar-se).

Essa conjectura de habitar na terra leva à questão do tamanho da área que o camponês usa para plantar. Como alguns autores já abordaram com visões complementares (CHAYANOV, 1929; PLOEG, 2009; BANDEIRA, 1979), o camponês trabalha na roça primordialmente para satisfazer suas necessidades e da sua família; assim, sua produção geralmente não ocupa grandes extensões de terra, mas é marcada principalmente pela variedade de produtos.

O Gráfico 2 apresenta a quantidade de área que os entrevistados utilizavam para plantar.

Gráfico 2: Área plantada (em hectares) do camponeses entrevistados.



Fonte: Dados da Pesquisa de campo (2018).

Conforme o Gráfico 2, a policultura camponesa na região investigada é realizada principalmente em áreas com menos de 1,27 hectares. Somente um trabalhador rural plantava em uma área de 7,0 ha.

Como a investigação apontou, as principais culturas plantadas na roça foram: arroz, milho, feijão, mandioca e fava. Os camponeses fazem distinção de suas plantações na roça e no quintal (Figuras 1 a e b), onde eles trabalham com cultivares de ciclo permanente (frutas como caju, manga, laranja, limão e banana, principalmente) e hortaliças de pouca exigência edáfica (cebolinha, coentro, alface, dentre outros). Em ambas (nas roças e hortas), há o

trabalho dos membros da família mais velhos, sendo por vezes auxiliados pelos filhos em idade escolar principalmente no trabalho que exige menos esforço físico.

De acordo com a entrevista direta, quando o inverno começa bem em novembro, a plantação se dá entre os meses de novembro e janeiro e a colheita é em maio (Figura 1c). Essa safra é responsável pela alimentação da família até o próximo plantio.

Na safra de 2017, segundo os camponeses, quase não houve colheita de mandioca, pois o inverno “afogou” a raiz, além das pragas que se instalaram em algumas roças, como a formiga e cupim. Sobre a fava, que também foi plantada em 2016 quase não houve colheita pelas grandes perdas no cultivo. Em algumas localidades, como o Assentamento localizado no município de Amarante, a pouca colheita é consequência, segundo os assentados, da falta de acompanhamento da Emater (suporte teórico e técnico), pois o solo é muito ruim para algumas culturas (necessitando de correção e adubação).

No caso de outras comunidades, como o Assentamento Papa Pombo, há a visita da Emater para distribuir sementes de feijão e mudas de frutíferas, mas os trabalhadores denunciam a falta de acompanhamento após essa etapa. É flagrante, portanto, que o camponês, por mais que tenha ímpeto de trabalhar na lavoura, às vezes sente a necessidade de ter auxílio técnico para melhorar sua produção.

No caso das roças, estas normalmente se localizam às margens de rios, riachos e olhos d'água, por conta da fertilidade do solo. As culturas de feijão e milho ocupam espaços complementares cultivados na maioria dos casos. Também existiram casos de plantações em encostas de morros Figura 1D.

Figura 1: A) Plantação de banana no quintal do estabelecimento rural no Povoado Coco, Regeneração; B) Plantações de cebolinha, coentro e alface em horta no Povoado Coco, Regeneração; C) Colheita de milho no Povoado Barreiro, Regeneração; D) Plantação de arroz na encosta de morro no Povoado Coco, Regeneração.



Fonte: O Autor (2018).

Um ponto importante na produção são as unidades de medida usadas pelos pequenos produtores. Nas entrevistas eles quantificavam o tamanho da área por “tarefa”. Segundo apontaram as entrevistas e informações coletadas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itaueira e Floriano, três tarefas correspondem a um hectare.

Decerto, o camponês tem conhecimento do quanto ele planta anualmente de arroz, milho e feijão, que é a base alimentícia da família. Consoante à investigação nas comunidades, nas três culturas há similitude na capacidade produtiva, pois grande parcela dos camponeses trabalha em pequenas áreas. Contudo, a produção que mais se destacou foi a de arroz, tanto em área plantada quanto em quantidade produzida.

Percebeu-se também que o feijão foi a cultura que os produtores analisados menos plantaram. Comumente, a produção tanto do arroz quanto do milho foi contabilizada pelos

lavradores em “sacos”, onde, segundo informações conseguidas na pesquisa, tanto o saco de arroz quanto o de milho equivalem a 60,0kg; já a produção de feijão usa como unidade de medida o “prato” ou o “litro”. Nesse caso, um prato corresponde a um litro PET, equivalente a dois quilos de feijão. Na comercialização em feiras municipais, o feijão passa também a ser negociado pela “carga” que corresponde a aproximadamente 63,0 kg.

Após o processo de colheita, o arroz e a vagem de feijão são secados ao sol, para que possam ser mais bem estocados (retirada do feijão de sua vagem e o trabalho de pilar o arroz). Depois das etapas de separação dos grãos, estes são armazenados em sacos de estopa ou tambores.

De acordo com os camponeses investigados, o arroz é o que mais a família consome. A apuração realizada na pesquisa indicou que uma família de três pessoas pode consumir por mês, aproximadamente, quarenta quilos deste grão.

Durante a visita *in loco* nas comunidades foi possível apurar também qual a média de produção por hectare dos camponeses. Esses dados podem ser vistos na Tabela 2.

Tabela 2: Média de área plantada por cultura, em hectares, média de produção dos entrevistados (quilograma por hectare) e média de produção do Piauí em 2006.

CULTIVO	MÉDIA DE ÁREA PLANTADA POR CULTURA (HA)	MÉDIA DE PRODUÇÃO (KG/HA)	MÉDIA DE PRODUÇÃO DO PIAUÍ EM 2006 (KG/HA)
ARROZ	1,1	905,9	715,0
FEIJÃO	1,1	74,8	134,0
MILHO	1,2	917,5	1.464,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018) e IBGE (2006).

É factível que, mesmo sem o domínio de maquinário moderno, o desempenho da agricultura camponesa apresentou uma média de produção por hectares satisfatória. A título de comparação, em 2006, o Piauí produziu uma média de kg/ha de arroz abaixo do que foi constatado na pesquisa de campo. Nas outras produções (feijão e milho) os números são maiores nas médias estaduais; entretanto, essa disparidade pode ser consequência de inúmeros fatores, como o climático (regime de chuvas em 2006 e 2018),

O mais importante nas safras para os camponeses é, se após a colheita, haverá alimento suficiente para sua família em períodos de entressafra. Visando compreender como o lavrador lida com a sua produção, foi indagado qual o destino do que a família produz

Em conformidade com as entrevistas, cento e quinze camponeses produzem para consumo próprio, e destes, somente doze tanto consomem quanto vendem parte da produção, de acordo com a necessidade ou quando há excedente para comercializarem.

Essa constatação corroborou com a concepção de Chayanov (1975), quando ele afirmou que a produção camponesa é direcionada primeira para a satisfação das necessidades alimentícias da família.

Já uma pequena amostra (quatro produtores) confirmou que sua produção na roça é direcionada estritamente para a comercialização na própria comunidade ou em feiras semanais na sede do município. Esses espaços de comércio nos municípios são muitas vezes reflexos da produção local, mesmo que ainda tenham produtos originados de outros municípios ou estados.

Ficou evidente nas entrevistas que só surge a possibilidade de venda quando o número de residentes no estabelecimento é pequeno, o que faz com que o consumo diário não seja grande; outra oportunidade de venda da produção surge quando o camponês é aposentado e assim o seu incremento de renda é maior. Em linhas gerais, essas circunstâncias apresentam novas características ao camponês nas regiões investigadas, onde, mesmo vendendo sua produção, tem em suas práticas diárias e cultura forte ligação com seu território.

Esse novo camponês é reconhecido por Martins (1982), quando o autor declara que o esforço do trabalho do camponês gera o seu produto final. Portanto, mesmo com a venda da sua produção, esta é resultado do labor na terra do lavrador, que carrega toda uma lógica que difere em todos os aspectos da força de trabalho capitalista (operária).

Com sua segurança alimentar assentada principalmente no que produzem, os entrevistados foram indagados quanto a utilização de agrotóxicos na lavoura. De acordo com os dados obtidos, cem entrevistados disseram que não usam qualquer tipo de veneno em sua lavoura, e os motivos foram diversos: a maior parte explicou que, por medo, não aplicam agrotóxicos, pois não sabem os efeitos na sua plantação. Ao serem indagados como fazem quando surge uma praga, os pequenos produtores disseram que preparam uma reza, onde é comandada pelos mais velhos; são eles que sabem qual a melhor oração para determinada doença da plantação.

Todos que relataram essa prática religiosa confirmaram que o ritual diminui ou até mesmo cessa a infestação. Já em roças que não é realizada a reza, os camponeses tentam identificar as plantas mais afetadas, tiram-nas da lavoura e deixam o que sobrou para se recuperarem sozinhas.

Essas práticas culturais estão em consonância com o que Harvey (2011) abordou, ao afirmar que a tradicionalidade é um fator muito forte na terra, o que por muitas vezes o capitalismo, em um processo de “destruição criativa”, não compreende, pois a vida nessas comunidades é vivida através de subjetividades políticas e de significados simbólicos.

Já os dezenove estabelecimentos nos quais se utilizavam de agrotóxicos na lavoura justificaram o uso por conta principalmente de pragas relacionadas ao feijão. Inseticidas são usados para combater o percevejo da Asa Preta e a Abelha Irapuá, que sugam as sementes do feijão ainda na vagem. Outra manifestação comum de insetos na lavoura são as formigas; os agricultores normalmente usam uma bomba que borrifa o veneno diretamente nos formigueiros.

Contudo, a justificativa para a não utilização de venenos na produção é o medo de complicações na saúde. Ao serem interpelados sobre os cuidados com a terra, todos os entrevistados assumiram utilizar queimadas para preparar o solo. A justificativa principal foi que eles não têm maquinário específico para roçar a área a ser utilizada na plantação.

Geralmente quando nós “bota” uma roça na mata aí a gente “derriba”, “derriba” mesmo no machado, não tem um trator, aí é o jeito fazer uma queimada que é pra diminuir mais [a vegetação rasteira e os tocos que ficaram] (Entrevista nº 2, informação verbal)

De acordo com as entrevistas, o preparo da roça consiste na derrubada da vegetação nativa com ferramentas manuais (machado) para depois realizar a queimada. Essa prática é muito comum na história dos camponeses piauienses e vem sendo passada por gerações sem alterações.

A tradicionalidade camponesa também é observada na preparação do estoque de sementes, tanto para o consumo na entressafra quanto para garantir o próximo plantio. Ficou notório que a maioria (noventa e seis entrevistados) disse guardar um estoque de sementes próprio para utilizar na próxima safra. Os camponeses relataram que normalmente guardam de seis quilos (3 litros PET) a meio saco (trinta quilos) para plantar com uma margem de segurança.

As sementes do comércio local são usadas quando a safra foi ruim, ou como forma de complemento para o plantio. A outra forma de se conseguir as sementes é quando há a distribuição pela Emater. Consoante aos entrevistados, essa distribuição de sementes não tem um regularidade; portanto eles não contam muito com estes grãos no início do plantio.

Igualmente, uma das características mais marcantes do modo de vida camponês da área estudada é a rotina de trabalho nas partes que exigem maior esforço físico (preparo da roça e plantio). Assim, foi perguntado se o pequeno produtor contava com pessoas de fora de sua residência para viabilizar o trabalho na roça.

De acordo com os fatos relatados, sessenta e sete camponeses afirmaram não usar mão de obra de fora da residência; onze disseram utilizar uma pessoa, dez narraram chamar três

pessoas para ajudar, outras dez exprimiram que contaram com ajuda de quatro, sete manifestaram contar com ajuda de cinco trabalhadores e somente dois afirmaram ter auxílio de mais de cinco lavradores.

Normalmente, quando o dono da roça chama outros produtores para ajudarem na colheita, eles usam o sistema de troca de diárias, ou seja: quando está na época da colheita na roça de um produtor, os demais o auxiliam, com o compromisso de que este camponês auxilie também os demais quando estes precisarem. De acordo com os relatos, para que esse sistema de troca funcione, os camponeses devem realizar o plantio em período de tempos distintos (com alguns dias de diferença), para que as colheitas não coincidam.

Quando esse tipo de cooperação não é possível, há o pagamento de diárias. Essa remuneração pode ocorrer para: arar, limpar, capinar e colher. O preço praticado em todas as comunidades em 2018 foi de R\$40,00, caso o dono da roça forneça o almoço; sem o almoço, o valor dessa diária subiu para R\$50,00.

Observou-se, a partir da análise nas comunidades, que a diária é uma das principais formas de se complementar a renda no meio rural; entretanto, como ela não é constante, o camponês precisa gerir seu orçamento de forma racional, para que este complemento sirva para suprir as necessidades mais urgentes.

[...] por enquanto “tô” ficando por aqui mesmo, a vida é razoável... pra melhorar eu precisava só de um emprego fixo mesmo, a gente trabalha mas não é a semana toda, completa, trabalha hoje aí “passa” dois, três dias sem trabalhar, trabalha só na outra semana (Entrevista nº 4, informação verbal)

Portanto, é importante salientar que, mesmo com a vontade de permanecer na terra, o camponês piauiense vislumbra melhores condições de vida caso ele tivesse a oportunidade de uma renda fixa, além dos programas governamentais que a maioria é contemplada.

Em resumo, constatou-se que o lavrador se utilizou de formas de reprodução do seu trabalho sem necessariamente assalariar-se. Sua permanência na terra está condicionada fortemente ao seu apego a terra, pois mesmo com inúmeras dificuldades ficou clara a decisão de não trocar sua residência no meio rural pela cidade.

Nesse interim, em contraponto com a rotina de vida do camponês, há a progressiva instalação de novos empreendimentos de agronegócio nesses territórios já marcados pela ocupação camponesa. Assim, também foi objetivo do trabalho visitar essas empresas agrícolas para averiguar as atividades que estão desenvolvendo nas três microrregiões estudadas e qual sua estrutura de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário é dinâmico e marcado por mudanças importantes na sua história, proporcionadas principalmente pelas sociedades tradicionais e pelo processo de expansão do agronegócio. A investigação realizada apontou que o território rural piauiense está passando por inúmeras transformações socioeconômicas que culminam em processos de reterritorialização preponderantemente dos camponeses.

O lavrador também apresentou como traço na sua formação social a conversão de sua mão de obra em força de trabalho como forma de complementar a renda familiar. Entretanto, ficou comprovado que grande parcela do pequeno produtor das Microrregiões analisadas não teve contato com outras formas de trabalho que não fosse a labuta na terra. Quando este praticava outra atividade externa à sua residência, essa se resumia a “bicos” (diárias) na lavoura de outros camponeses. A relação comunitária também ficou evidente nas localidades rurais visitadas.

Além disso, o camponês trabalha para e com a família. Todos os membros adultos da residência possuem importância para o processo produtivo. Coube ao homem, na maioria dos casos, o trabalho mais extenuante na roça (limpar, queimar, plantar, dentre outros), mas a mulher demonstrou acumular funções, tanto na roça quanto na horta e nos afazeres domésticos. No entanto, mesmo diante de dificuldades existentes no meio rural, as famílias não querem abandonar sua casa e residir na cidade; para elas, o seu modo de vida, sem as perturbações do meio urbano, é mais agradável e seguro. Assim, a resistência e reinvenção camponesa em seu território só foram possíveis graças a esse sentimento de pertencimento ao seu lugar e de suas práticas agrícolas.

Diante dos fatos, é necessário realçar a necessidade de fortalecimento das Instituições Públicas de atendimento ao pequeno produtor rural, mais ao tocante ao seu modo de produção; por exemplo, a Emater do Piauí encontra-se carente de recursos logísticos, o que dificulta sua atuação em muitas comunidades.

Ressalta-se também que os programas governamentais de transferência de renda devem ser fortalecidos e ampliados, com o intuito de manter o homem do campo na sua terra e impedir que sua produção seja comprometida. Além disso, deve-se haver o fomento para à criação de cooperativas que fortaleçam o trabalho comunitário e aprimorem as práticas produtivas dos camponeses e aumentem a inserção da produção dessas famílias no comércio local.

5 BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Willian Jorge. A nova dinâmica do setor rural piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v.15, n.1, p. 46 a 55, jan/jul 1994.

CHAYANOV, Alexander Vasilyevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1925.

CHAYANOV, Alexander Vasilyevich. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, n. 5, México, jul/set, 1975, p. 15-31.

CHAYANOV, Alexander Vasilyevich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, IN: CARVALHO, Horácio Martins de. (org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. IN: CARVALHO, Horácio Martins de. (org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2014.

GARCIA JR., A. R. e HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de., MENEZES, M. A. de e MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 331 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARVEY, David. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE, **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência e a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Série princípios, 1986.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxias e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora Ufrgs, 2016.

SOARES, Luís Eduardo. **Campesinato:** ideologia e política. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1981.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos vão para a Universidade Estadual do Piauí, campus dr^a Josefina Demes, ao Instituto de Geociências da Univesidade Estadual de Campinas e para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), que viabilizou financeiramente a pesquisa.